



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001896-56.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **Paulo Cesar Rodrigues da Silva e outro**  
 Requerido: **Willian Rodrigues Peron**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Arielle Escandolhero Martinho Fernandes**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

### D E C I D O.

Trata-se de ação que tem por origem acidente de trânsito.

Pelo que consta nos autos, Emerson é proprietário do veículo VW/Voyage 1,8, ano 1991, modelo 1992, placas BKN 0134, chassi 9BWZZZ30ZMT131042. No dia 14 de novembro de 2015, seu cunhado, Paulo, trafegava na faixa da direita com tal veículo, na Avenida Bruno Ruggieiro Filho, em São Carlos-SP, quando nas proximidades do número 711, foi atingido pelo veículo do réu, Willian, um Astra, placas DCO 0780.

Incontroverso que o veículo do réu atingiu o veículo do autor Emerson, quando estava sendo conduzido por Paulo. A controvérsia surge quando da narração da dinâmica do acidente.

Os autores sustentam que o réu estava trafegando em altíssima velocidade, incompatível com a via, momento em que perdeu o controle de seu veículo, atingindo o veículo do autor Emerson. Requerem a condenação do requerido no valor de R\$ 4.000,00, o que foi gasto em peças e mão de obra para o reparo do bem.

O réu alega que foi abalroado pelo veículo de terceiro, uma parati, Placas BNE 4627, conduzido pelo menor Higor, atingindo, posteriormente, o Voyage. Sustenta, assim, a culpa exclusiva de terceiro.

No boletim de ocorrência foram constatadas as

**1001896-56.2016.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

alegações das partes envolvidas.

Resta claro que a versão das partes sobre a dinâmica do acidente é controversa. Entretanto, as duas testemunhas ouvidas em juízo, Rafael Zanon Goia, arrolada pelos autores, e Richard Alberto dos Santos, arrolada pelo réu, confirmaram que o veículo Astra atingiu o Voyage porque foi abalroado pela Parati. Afirmaram, ainda, que o veículo do requerido não estava em velocidade incompatível com a via. As duas testemunhas são presenciais, e estavam trafegando seus respectivos veículos no dia do acidente.

Assim, pelas provas constantes nos autos, o acidente foi provocado pelo menor Hugo, condutor da Parati, servindo o veículo do réu como corpo neutro, atingindo o veículo de Emerson.

Neste caso, a culpa foi exclusiva de terceiro, quebrando o nexo de causalidade. Trata-se da aplicação da responsabilidade civil indireta por fato de terceiro no âmbito dos acidentes de trânsito. Em tal hipótese, sustenta-se a isenção de responsabilidade civil do agente físico do dano que, atingido, é arremessado como um projétil. Nesse sentido o REsp 54444/SP, que isenta o condutor do veículo arremessado como um corpo neutro de responsabilidade civil:

*DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. CULPA EXCLUSIVA DE TERCEIRO. AUSÊNCIA DE COMPORTAMENTO VOLITIVO DO CONDUTOR DO VEÍCULO ABALROADOR. INAPLICABILIDADE DOS ARTS. 160, II E 1.520, CC. HIPÓTESE DIVERSA DA APRECIADA NO RESP 18.840-RJ (DJU DE 28.03.94). DENÚNCIAÇÃO DA LIDE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DEDUZIDO NA AÇÃO PRINCIPAL. ONUS DA SUCUMBÊNCIA. PRECLUSÃO. RECURSO DESACOLHIDO.*

*i - não ha de atribuir-se responsabilidade civil ao condutor de veículo que, atingido por outro, desgovernado, vem a colidir com coisa alheia, provocando-lhe dano, sendo tal situação diversa daquela em que o condutor do veículo, ao tentar desviar-se de abalroamento, acaba por causar prejuízo a outrem.*

*ii - caso em tela, o prejuízo experimentado pelo dono da coisa danificada não guarda relação de causalidade com qualquer atitude volitiva do referido condutor, cujo veículo restou envolvido no acidente como mero instrumento da ação culposa de terceiro.*

*iii - nos casos em que não obrigatoria a denúncia da lide, ao reu-denunciante, uma vez reconhecida a improcedência do pedido deduzido na ação principal, incumbe arcar com o pagamento da verba honoraria devida a denunciada e das despesas processuais relativas a lide secundária. (REsp 54444/SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/1994, DJ 21/11/1994 p. 31776)*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Diante do exposto, julgo improcedente a ação.  
Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 21 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**